

ALGUNS IMPASSES DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA RECENTE NO BRASIL*

Carlos Fico

Quero, inicialmente, agradecer o convite para participar do Curso de Extensão “História Hoje”, não apenas por uma necessidade formal de cortesia, mas porque este evento possui uma estruturação que muito o distingue de tantos outros, bem como trata de assunto da maior relevância. Por outro lado, Sílvia Petersen é profissional que muito admiro, reflete com acuidade e autonomia sobre questões a que atribuo grande importância – de modo que por estas razões me sinto muito satisfeito por estar aqui.

Quando pensei sobre o que me foi solicitado, isto é, abordar aspectos relevantes da produção historiográfica brasileira recente, percebi que poderia trilhar dois caminhos: uma primeira opção seria destacar a incrível evolução positiva do conhecimento histórico brasileiro nas últimas décadas, especialmente quando comparamos a produção dos últimos quinze ou vinte anos com aquela surgida até o final dos anos sessenta. Esta seria uma alternativa bastante confortável, já que é mesmo surpreendente a distância que guardamos dos problemas vividos até então. Digo confortável porque, indubitavelmente, temos hoje um padrão de profissionalização que, numa medida ao menos comparativa, caberia enaltecer: uma produção contínua de pesquisas (em grande medida graças aos cursos de pós-graduação), um grande leque de alternativas temáticas, de abordagens metodológicas e de opções técnicas, um posicionamento da comunidade nacional de historiadores que, em linhas gerais, afasta-se dos vícios do elitismo, do empirismo rústico e do oficialismo que, infelizmente, em outras épocas, nos atingiram – enfim, fatores muito positivos. Felicitar tal evolução, contudo, seria um tanto

Carlos Fico é professor assistente de Metodologia da História no Departamento de História e do Centro Nacional de Referência Historiográfica da Universidade Federal de Ouro Preto.

* Comunicação apresentada no Curso de Extensão *História, hoje* /CPG/História/UFRGS/1993.

mortiço e laudatório, postura que me constrangeria e, na verdade, não permitiria um debate frutífero, e que me parece fundamental tentar suscitar aqui.

Assim, optei por tratar de alguns dos impasses atuais da produção historiográfica brasileira contemporânea. Antevejo, infelizmente, que vou dar uma impressão pessimista. Não é esta minha convicção nem meu propósito. Mas reconheço (e neste sentido peço a benevolência de todos) que seria difícil tratar de impasses de maneira autoconplacente – pois é claro que eu mesmo vivo muitos dos problemas que vou abordar. Vou fazê-lo, em grande medida, com base em trabalho que, recentemente, desenvolvi com Ronald Polito¹, muito embora possa ocorrer que minhas análises e opiniões não venham a ser compartilhadas pelo colega da UFOP.

Mesmo não sendo muito bom nisso, vou começar com a evocação de uma imagem, recurso habitual nos textos que usam da linguagem figurada ou especificamente metafórica, feitas nesta contemporaneidade em que é comum falar-se do “poder das imagens”. Refiro-me ao “incêndio cenográfico”. Possivelmente poucas pessoas já tiveram oportunidade de ver este tipo de encenação: no teatro e, mais comumente, no cinema, por vezes é necessário reproduzir uma cena de incêndio. As chamadas devem ser realistas e tudo deve saber a fumaça e destruição. Técnicas cenográficas contemporâneas têm conseguido efeitos surpreendentes. A impressão que se tem é a de uma grande agitação, quase sempre fascinante e bela do ponto de vista estético, mas o fato é que nada coloca em risco a integridade do estúdio, dos atores e dos técnicos.

Muitas vezes, quando analisava a produção historiográfica recente, tive a impressão de estar assistindo a um “incêndio cenográfico”. Isto porque há, pelo menos, duas esferas muito distintas que abrangem nossa atividade: uma, a da produção estrita do conhecimento, isto é, as pesquisas que fazemos e que se transformam em teses, dissertações, artigos, livros e outros produtos; outra, a da repercussão do conhecimento produzido (quando existe) e que se expressa, sobretudo, na mídia escrita (ultimamente também na televisada) através de resenhas, entrevistas, debates, polêmicas, etc. Ora, o que ocorre é que não há uma correspondência estrita entre aquilo que se produz e o que repercute. Não penso, naturalmente, que toda pesquisa histórica devesse causar imediata repercussão social ou, para dizer o mesmo de outro modo, que a sociedade e a comunidade acadêmica devessem interessar-se por tudo que fazemos. Há aí, como não poderia deixar de ser, áreas de afinidades e discrepâncias de interesses nas quais problemáticas instauradas pelo

conhecimento nem sempre guardam relação aparente com assuntos de interesse social. Por isso, se perguntarmos a um leigo o que ele supõe venha sendo feito em nossa área, que temas, por exemplo, temos pesquisado preferencialmente, a resposta certamente não encontrará amparo na realidade. Pois, enquanto os temas fascinantes da “Nova História” chegam as páginas dos jornais, chamando a atenção para a estrepitosa introdução das questões da sexualidade ou da magia no rol dos assuntos tratados pelos historiadores; enquanto o questionamento dos paradigmas teóricos clássicos, em alguns trabalhos bastante comentados, sugerem a ruína ou o desmoronamento de modelos tradicionalmente usados; enquanto revisores de autores clássicos e autores clássicos revisados se consomem numa fogueira de vaidades teóricas nas páginas dos jornais – enfim, enquanto assistimos a uma dinâmica aparentemente intensíssima que estaria incendiando a história e os historiadores, o que vemos, na produção cotidiana, rotineira, dos cursos de pós-graduação, num bom número de pesquisas históricas afinal, é uma quase fria aposta na história regional ou local, uma congelada persistência da história tradicional, empirista, com metodologias não renovadas, como ocorre no campo da história política, por exemplo. Um “incêndio cenográfico”, portanto, algo que parece ser e não é. Evidentemente, a produção não se restringe a trabalhos deste tipo mas, como disse, eles ocupam um bom espaço.

O analista de historiografia deve estar atento para isso. Portanto, hoje eu não poderia falar-lhes de impasses temáticos, metodológicos ou teóricos sem, previamente, distinguir esta questão. De que história estamos falando? Da que fazemos ou da que damos a impressão de fazer? Vejam que não estou me referindo aos dois níveis – o ontológico e o gnoseológico – da história. E nem penso estar tergiversando através de um jogo “meramente” retórico: estou convencido, juntamente com tantos outros, aliás, de que a contemporaneidade tem papel fundamental para a compreensão da performance dos historiadores. E, neste sentido, aquilo que podemos chamar de esfera da repercussão possui (para o bem e para o mal) grande importância. As relações com a mídia, com o mercado editorial e com a pouco estudada vida interna das academias são hoje, mais do que nunca, fundamentais para o entendimento da dinâmica da produção do conhecimento histórico. Em grande medida elas orientam aquilo que, em fases posteriores, é produzido. Algumas vezes, os temas da moda, as abordagens metodológicas inovadoras, as legitimações ou deslegitimações de certos núcleos teóricos nos chegam, primeiramente, através de artigos de jornais de circulação diária, atra-

vés de seus cadernos de cultura e assemelhados, o que supõe a filtragem ideológica que eles impõem, mas sobre a qual não vou falar hoje para não aborrecê-los em demasia.

Pois bem, quando me pergunto sobre qual história devemos falar, penso que retomo, com a necessária humildade, uma questão fundamental, bem desenvolvida por um dos fundadores da chamada "Escola" dos *Annales*², isto é, para que serve a história? Ora, é nesta esfera da repercussão que, em minha opinião, se encontra um vetor fundamental para uma possível resposta, mesmo que seja para uma resposta relativista e pela negativa. A história, penso eu, não deveria servir exclusivamente para "matar a curiosidade" social por antigalhas exóticas, localistas ou políticas, nem deveria ser prisioneira das datas notáveis. E, infelizmente, em grande medida, o que tem alcançado repercussão social são aspectos como estes: o exótico ou o escabroso, especialmente se com conotação sexual ou mística, os eventos da "pequena política", em geral referenciados a um indivíduo ou a um episódio particularíssimo e, por isso mesmo, nem sempre importantes, e, por fim, mas não menos avassaladoramente, as efêmerides ou comemorações de datas notáveis. Vejam que não estou apenas expressando minhas opiniões sobre a desimportância de certas questões: estou afirmando, com base numa pesquisa exaustiva, que tais questões (legítimas para muitos, bem sei) predominam quando se analisa a esfera da repercussão social da história feita no país nos últimos anos.

As críticas que podemos fazer a este problema são diferentes das que devem ser feitas aos impasses vividos na esfera da produção estrita, embora a separação absoluta entre as duas seja uma impossibilidade. Para efeitos analíticos, entretanto, é possível a distinção. Creio que o quadro vivenciado na esfera da produção expressa um certo perfil da comunidade nacional de historiadores que, como em outros países, articula-se intensamente com os meios de comunicação de massa e com o mercado editorial e, assim, interage, sobretudo respondendo positivamente, com as demandas suscitadas por este contexto. Jornais e editoras exigem vendas. A história não está imune a isto e, na verdade, é uma das Ciências Sociais que mais têm conseguido suscitar interesse público. Ora, esta interação tem vantagens e desvantagens. Se, por um lado, vários historiadores têm assumido o controle de coleções editoriais e a história tem se tornado interessante para uma boa parcela do público letrado, por outro é inegável que as demandas pelo exótico, pelo escabroso, pelo sexual, etc. podem induzir a uma "comercialização" das sistemáticas de escolhas de temas de pesquisa. Além do mais, a aproximação entre a esfera da repercussão e a da produção torna mais difícil o

refinamento técnico, metodológico e teórico-conceitual que é indispensável ao conhecimento científico e que, na maioria das vezes, não é compatível com o senso e a linguagem comuns. Assim, como lembra Arno Wehling³, a história, em determinados campos, já não poderia prescindir do uso de duas linguagens: a científica e a da divulgação científica ou cultural.

Portanto, estes são problemas distintos dos que podemos perceber na produção efetiva do conhecimento histórico. Nesta esfera da produção vivemos impasses epistemológicos graves e, embora não vá abordá-los em profundidade, penso que vale a pena destacar uma questão, ao menos para sugerir quais são as posições que norteiam meu pensamento. Refiro-me ao "metodologismo" (muitas vezes inconsciente) dos que se recusam à reflexão teórica ou epistemológica. Os traços mais aparentes deste fenômeno são certas opções temáticas e metodológicas que se constituem, de fato, em respostas legítimas às questões suscitadas pela crise dos parâmetros de cientificidade que prevaleceram até o século passado. No plano teórico, contudo, as respostas têm sido vagas, quando muito, pois, em grande parte, tais questões ou não são consideradas ou são consideradas como impertinentes. Dificilmente se encontrará um historiador que não almeje padrões de objetividade para seu conhecimento. Hoje, contudo, estão em jogo diversas opções de entendimento sobre o que seja tal objetividade, ou quais níveis de objetividade são possíveis serem atingidos em cada caso. São problemas teóricos complexos, maiores do que as antigas discussões sobre a possibilidade ou impossibilidade de um conhecimento histórico científico. Não enfrentá-los é retardar, ainda mais, a incorporação à história (e sua conseqüente possibilidade de refinamento epistemológico) das discussões suscitadas pelas descobertas sobre o indeterminismo, sobre a relatividade e sobre as discrepâncias observáveis em diversos níveis do real⁴.

Feitas estas ressalvas, vou referir-me, agora, ao que estou chamando de alguns impasses da recente produção historiográfica brasileira.

Um primeiro impasse (pelo menos é o que me parece) que gostaria de comentar é o da chamada história regional. A impressão que tenho (e que sei polêmica) é a de que grande parte dos trabalhos produzidos sob este enfoque o são menos por uma opção quanto à relevância ou originalidade das questões abordadas e mais em função de sua viabilidade ou, para dizê-lo de maneira menos eufêmica, a história regional tem servido como um refúgio confortável para alguns cursos de pós-graduação em história. Posso afirmar isto com tranquilidade, aqui na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pois seu curso de pós-graduação

em história, desde os primeiros momentos, já declarava que “a análise do regional e do nacional deve ser (...) considerada como uma forma peculiar de expressão do processo histórico global”⁵. O que tem acontecido, contudo, quando consideramos a produção histórica ocorrida entre 1980 e 1989, em todo o Brasil, é algo diferente. Há, em quantidade muito maior que a admissível, aquilo que analistas mais brilhantes já caracterizaram como “paroquialismo”⁶, isto é, pesquisas sobre o passado de localidades ou regiões que têm como vetor principal o fato exclusivo de suas existências o que, claro está, não justifica muita coisa. Muita coisa justifica a história regional. Nem vou me deter em considerações teóricas sobre sua importância e possibilidades metodológicas, mas parece fora de dúvida que é despropositado o localismo empiricista dos que, algumas vezes, praticam um regionalismo restrito que não se abre para quaisquer outras reflexões e que se extingue nele mesmo. As constatações sobre as carências teórico-metodológicas que ocorrem no setor, feitas desde meados dos anos 80, em trabalhos como o de Rosa Maria Godoy Silveira⁷, não foram até hoje superadas. Diga-se, inclusive, que muitas das possíveis soluções, apontadas naquela época, já se encontram defasadas, face à velocidade de incorporação de novos problemas teórico-conceituais e à sofisticação atual dos mesmos. Por outro lado, quando analisamos boa parcela dos livros de História publicados no anos 80, percebemos a persistência de concepções equivocadas, no âmbito do ensino de 1º e 2º graus, e que guardam relações com o sentido não dinâmico da história regional, como lucidamente também chamou a atenção Sandra Jatáhy Pesavento⁸. Há, aí, lamentável imbricamento entre o que temos de pior: trabalhos louvaminheiros, oficialismo, empirismo rústico, etc.

Não vou elencar produções deste tipo mas, por obrigação profissional, coloco-me à inteira disposição dos que desejarem receber uma listagem de temas desta natureza. Contudo, quero deixar claro que nada tenho contra a história regional em si. Mesmo a história local mais singela, feita, muita vez, pela figura quase sempre simpática e não raro importante do “historiador da cidade” (muitos dos quais deveriam ser reverenciados pelos serviços documentais e bibliográficos que prestam – atividades incompreensivelmente menosprezadas pela academia) tem seu lugar. Mas me parece que carecemos de uma reflexão mais consistente sobre os trabalhos ultimamente produzidos sobre história regional a fim de melhor qualificarmos as contribuições que eles, potencialmente, podem dar. E nem se trata, apenas, de uma “paranóia globalizante”, de que eu pudesse estar sendo vítima, e que me levasse a cobrar articulações necessariamente generalizantes a partir de temas cor-

retamente restritos ao regional. Por isso, é preciso sublinhar que a articulação com o geral não é a única justificativa possível para a abordagem regional. Há necessidades de pesquisa e de conhecimento que impõem, efetivamente, a opção pelo trabalho monográfico, verticalizado, aprofundado. Portanto, para além das justificativas teóricas sobre a relação local/regional/geral, há também as justificativas próprias às demandas por ampliação da cobertura do campo do que é conhecido. O problema é quando não se encontra qualquer justificativa.

Por tudo o que estou afirmando sobre a história regional, poderia restar a impressão de preconceito, isto é, tal recorte seria menos importante que abordagens globais, e aqui estou me referindo à expressão “regional” em seu sentido mais corriqueiro, de recorte territorial específico mesmo. Daí, não louvar o esforço no sentido dos estudos regionais seria, segundo este raciocínio, preconceituoso porquanto desmereceria tentativas de ampliação do conhecimento sobre especificidades, diferenças, singularidades, etc., na linha de erros sucessivos que tenderiam a compreender a história regional como “menor”, como “o resto”, postura esta geradora de distorções xenofobistas e/ou ufanistas, como registrou com felicidade Janaína Amado⁹.

Nada mais falso. Claro que entendo que estes estudos são importantes. O problema, como já disse, é o da inexistência, em muitos casos, de enfoques consistentes. A noção de espaço é fragilmente concretizada nos estudos históricos regionais que, assim, apenas tratam das típicas questões históricas num território geográfico delimitado, isto é, não geram, com as perspectivas sociais, econômicas, culturais, etc., o próprio significado de “região”. Por outro lado, vale lembrar que as regiões brasileiras tradicionalmente mais estudadas, continuam como tais¹⁰. Ou seja, o esforço no sentido dos estudos regionalistas não foi suficiente para desfazer o predomínio da região Sudeste e Sul do Brasil sobre as demais no que se refere à história. E mais: por que certas regiões não são estudadas? Só existem estudos regionais onde há cursos de pós-graduação em história. Problemas de acesso às fontes? Talvez, mas esta resposta (já utilizada, em outros momentos, para justificar a desativação de algumas linhas de pesquisa) começa a perder um tanto de seu poder de convencimento quando vemos que a capacidade de angariar recursos da comunidade nacional de historiadores não é tão pequena assim. É preciso ampliar os esforços no sentido de que não seja uma impossibilidade fazer um estudo sobre a história regional de uma região em que não estejamos. A motivação básica para se praticar a história regional não deveria ser, apenas, a existência de relações de afinidade com a região

em pauta. Será que poderíamos caracterizar como fenômenos de interesse estritamente regional a Conjuração Mineira, a Revolução Farroupilha ou a Guerra dos Mascates? Há raríssimas teses ou dissertações sobre estes temas. Ou sobre temas relacionados à Bahia, por exemplo, que tem importância tão grande do ponto de vista histórico. E na Bahia não existe um curso de pós-graduação estritamente de história.

Toda esta questão está fortemente vinculada à concepção predominante nas agências nacionais de fomento à pesquisa – CAPES à frente – sobre o que deva ser pesquisado num curso de pós-graduação em história. Embora este problema, como outros, seja difícil de ser detectado concretamente dentre as diretrizes destes órgãos, não me parece abusivo afirmar que, em alguns momentos, a história regional foi estimulada como opção correta das pós-graduações. Entretanto, recentemente, parece haver uma inflexão desta tendência. Agora, de maneira mais ou menos explícita, o predomínio dos estudos regionais seria algo negativo.

Um outro ponto de estrangulamento, ao que me parece, está no estudo dos movimentos sociais. Durante algum tempo, e até bem recentemente, esta temática foi uma das mais importantes no campo das preferências dos historiadores. Um núcleo renovador e que vivificava a produção rotineira a que me referi inicialmente. Esta opção certamente guardava profundas relações com a prevalência da esfera do político dentre os intelectuais brasileiros no quadro da crise instaurada pelo Golpe de 64. Exacerbados os aspectos políticos da contemporaneidade, nada mais natural que ocorresse, como ocorreu, uma busca por estudos de temas que esclarecessem as possibilidades de resistência às situações de arbítrio, tão comuns em nossa história. Daí que muitos estudos sobre o movimento operário surgiram com vigor e, também, embora em menor número no campo da história, pesquisas sobre outras manifestações da dinâmica social, como as rebeliões populares não tipicamente operárias.

Ora, estas pesquisas amparavam-se, centralmente, nos pressupostos teóricos marxianos ou marxistas. Não vou, aqui, me deter na análise destes enfoques que, em alguns casos, inspiraram posturas mecanicistas e que levaram à cobranças sobre como a história (e o operariado, por exemplo) deveria ter-se comportado, e não à interpretações frutíferas sobre a história em pauta. O que quero registrar é que, a partir de um certo momento, tais estudos simplesmente desapareceram (estou falando em linhas gerais, claro está). Que houve neste “certo momento”? Este foi o momento de incertezas do marxismo, o momento em que não sabemos distinguir questões teóricas de problemas políticos, ou em que

confundimos muros metaforicamente derrubados com emparedamentos teóricos. Uma certa falta de ânimo político afastou, furtivamente, a temática dos movimentos sociais *porque* havia a crise do marxismo e/ou o fim do comunismo tal como o conhecemos na realidade. Falar em movimento operário, em certos círculos, soaria *démodé*, para dizer o mínimo. Assim, a discussão teórica de bom nível, que vinha se estabelecendo justamente em torno das problemáticas instauradas pelo estudo dos movimentos sociais, foi, abruptamente, interrompida. Vejam que não estou me referindo, apenas, ao Brasil. Ora, o fracasso do comunismo e a crise do marxismo certamente deveriam impactar os estudos sobre estes temas, mas nunca no sentido de elidi-los.

Isto porque nem o fracasso do comunismo dito “real”, nem os impasses teóricos do marxismo são justificativas razoáveis para o abandono da temática, suponho. Parece ser uma característica incontornável esta, do conhecimento histórico, tantas vezes enaltecida por um certo jogo de palavras tido, em princípio, como muito positivo: “olhamos o passado com os olhos do presente”; ou, a partir da suposição da história como Mestra da Vida, “estudamos o passado para melhor compreender o presente” e “planejar o futuro”, dizem os mais esperançosos. De fato, além da crise do marxismo e da *débâcle* do comunismo, outra característica do presente também contribuiu no sentido de afastar os estudos sobre os movimentos sociais. Refiro-me à situação do sujeito ante as megaestruturas com as quais convivemos na atualidade. O poder de decisão das grandes corporações econômicas transnacionais, a capacidade decisiva dos conglomerados de comunicação televisionada, as transformações inéditas suscitadas pela informática, todas estas características contemporâneas realmente colocaram em cheque as tradicionais formas de organização, mobilização e luta dos “velhos” movimentos sociais. Digo “velhos” não por uma intensão pejorativa, mas porque, antes de uma oclusão mais completa do tema dos movimentos sociais, ainda se tentou revigorar o assunto, sobretudo na sociologia, pela abordagem dos chamados “novos” movimentos sociais, em torno do feminismo, dos homossexuais, dos negros, dos ecologistas, dos pacifistas, enfim, das chamadas minorias. Ninguém o disse com todas as letras, mas acho possível afirmar o seguinte: muitos que, anteriormente, estudaram o movimento operário, passaram a estudar os “novos” movimentos sociais fazendo uma espécie de transferência de suas esperanças e utopias. Isto é, se o movimento operário já não era mais capaz de ser o vetor da grande transformação revolucionária, quem sabe os negros, as mulheres, os pacifistas, os ecologistas e homossexuais não poderiam indicar

algum caminho? O resultado não deve ter sido muito bom, se consideramos que o número de estudos nesta área também decaiu bastante, embora tal tendência tenha gerado alguns impactos na área de história como, em alguns casos, a perspectiva de se buscar, no passado remoto, precursores de lideranças feministas ou homossexuais, por exemplo, o que pode ser caminho curto para o anacronismo. Impactos positivos, contudo, também ocorreram, como são os casos dos estudos sobre a mulher e a criança que, se não estão diretamente ligados aos “novos” movimentos sociais, guardam com eles analogias do ponto de vista do assim chamado caráter “minoritário” (expressão sem dúvida pouco clara) dos grupos envolvidos.

O problema parece localizar-se, então, numa outra esfera. As demandas contemporâneas estariam menos a chamar a atenção para a fragilidade de ações coletivas de mobilização, organização e luta e mais para a necessidade de compreensão da inserção do sujeito diante das grandes estruturas a que me referi. Quando estudou a estrutura econômica ou a estrutura de classes das sociedades, a história realmente deixou pouco espaço para a compreensão do sujeito diante delas. Além disso, determinadas lógicas não materiais, ou lógicas simbólicas, também passaram despercebidas. Penso que estas razões explicam, em certa medida, o sucesso das temáticas em torno do cotidiano ou da subjetividade. Há uma espécie de convicção generalizada sobre os fenômenos macro-estruturais segundo a qual eles não corresponderiam à “vida real”, não teriam “carne e sangue”¹¹. Assim, por maior que seja a pretensão teórico-científica dos estudos macro-estruturais, eles não convenceriam por não dizerem de perto a esta necessidade de identificação imediata de uma humanidade singularizada em suas ações corriqueiras. Portanto, a dimensão do cotidiano, nesta linha de raciocínio, possibilitaria uma história preta de humanidade, já que em tal esfera dá-se todo tipo de episódio em que nos reconhecemos. Ora, além de chamar a atenção para este equívoco (pois há tanta realidade em fenômenos estruturais quanto em episódios do dia-a-dia), o que me parece importante destacar é outra coisa.

Refiro-me ao tratamento que os autores da história do cotidiano dão à dimensão empírica. Numa primeira mirada, pareceria ao analista desavisado tratar-se de uma aposta no factual, tantas costumam ser as descrições de episódios, as narrativas das trajetórias de vida de personagens específicos. Aspectos particularíssimos são arrolados, trabalhosa e, numa história que, diga-se, não é fácil de fazer. Contudo, o que preside uma tal opção pouco tem a ver com as motivações e perspectivas

daqueles “antigos factualistas”, se é que posso me expressar assim, da clássica *histoire événementielle*. Creio que para entender a força atual da história do cotidiano é preciso distinguir a diferença que há nesta retomada do empírico. Não se trata, agora, de uma crença na capacidade da história de dar conta de todo o real, de recuperar “aquilo que efetivamente ocorreu” visando a construção de um padrão científico de viés positivista. A história do cotidiano não quer recuperar “aquilo que efetivamente ocorreu”, mas parece nos lembrar a todo momento que “aquilo ocorreu com efetividade”, isto é, não quer deixar nenhuma dúvida de que se refere ao mundo das ocorrências mais efetivas ou concretas. Não fala de estruturas desprovidas de carne e sangue. Refere-se a homens e mulheres de existência “real” e, daí, a teia de episódios que procura constituir e reconstituir.

O impasse central de uma tal história, portanto, a mim parece ser, mais uma vez, de natureza teórica. Sobre o tema há importante reflexão de Sílvia Petersen¹² e, portanto, não vou me estender muito. Quero apenas destacar que, para além de uma resolução mais satisfatória entre a dimensão estrita do cotidiano e as questões macro-históricas, seria preciso encaminhar uma boa reflexão sobre a categoria de realidade no que concerne aos estudos históricos. Por que hoje parece a alguns que certos fenômenos sejam mais ou menos reais que a outros? A vida, a essencialidade humana, estaria melhor representada quando visualizamos os episódios do dia-a-dia? Os fenômenos macro-históricos seriam, então, meras conjecturas fantasmagóricas de analistas descolados do real? Ora, quando a história do cotidiano tem necessidade de construir uma narrativa através do preenchimento de lacunas ou pela configuração de uma multiplicidade constelacional de focos narrativos, ela também enfrenta problemas que são comuns à história em qualquer outro nível do real, a saber, as incompletudes e a multiplicidade de fatores envolvidos.

Um tal impasse sobre o efetivo significado do estatuto da própria realidade serve como sugestão para mencionarmos outra frente temática que, tal como a da história do cotidiano, ainda está se constituindo no Brasil e, tudo leva a crer, irá se desenvolver ao longo dos anos 90. Refiro-me aos estudos sobre as questões da subjetividade humana, aqui entendida em sentido amplo. Há, neste campo, um problema específico que deve ser enfrentado pelo historiador. Trata-se do caráter altamente complexo dos fenômenos desta natureza como são, para exemplificar, a sexualidade ou a magia. Descartando, para efeitos desta análise, os trabalhos meramente descritivos, quando se propõe algum padrão de explicação ou compreensão destes assuntos depara-se com o fato deles se-

rem, regra geral, vivenciados pelos homens através de experiências e tradições, preferências e preconceitos, regras e repressões que, afinal, guardam poucas relações com os campos em que é possível falar de algum tipo de racionalização. Não são padrões racionais muito conhecidos os que presidem os comportamentos sexuais ou as relações com os fenômenos entendidos como mágicos. A realidade, diga-se, não está dada de modo transparente em qualquer de seus níveis. Mas não é preciso fazer uma revisão ampla da teoria do conhecimento para se perceber que certos fenômenos são dificilmente relacionáveis a outros, enquanto alguns permitem este tipo de tentativa de maneira menos angustiada. Dificilmente um crítico das pretensões causais da história vai deixar seus afazeres para denunciar uma hipótese causal que algum historiador estabeleça entre, digamos, determinada onda de greves e uma correspondente curva de preços e salários. Mas este crítico certamente não titubeará em denunciar eventuais nexos causais que um historiador queira estabelecer entre fenômenos da subjetividade e questões sócio-econômicas, por exemplo.

Talvez por isso algumas análises tenham chamado a atenção para riscos que, eventualmente, estariam contidos quando do voltar-se para os fenômenos fortuitos, fragmentários, do imaginário, “não-racionais” neste sentido¹³. Tais riscos estariam dados precisamente por esta opção do olhar, privilegiadora do “irracional” e, portanto, capaz até, talvez, de “contaminar” a própria análise ou, no mínimo, de iluminar demasiadamente estas regiões da “selva escura”. Contudo, não são estes os aspectos que me chamam a atenção quando penso nesta modalidade de tema e problema histórico. Para além da necessidade de operadores teórico-metodológicos, que possibilitem análises mais frutíferas e o estabelecimento de nexos relacionais mínimos entre estes fenômenos e outros de suas épocas (assunto que não há como abordar no espaço desta exposição), penso no significado social destas questões, na repercussão destes temas, e no quanto isto permite que reflitamos sobre aquele ponto que mencionei anteriormente, qual seja, o da legitimidade da história. Nada tenho de conclusivo a dizer sobre isso, mas me parece inequívoco que é nesta área em que se encontram, de maneira um tanto confusa, as demandas suscitadas pelo mercado editorial, os interesses de um público leitor ávido por certo tipo de temáticas e o mal resolvido problema, no campo da história, da relevância científica (precisamente porque ela é mal resolvida do ponto de vista de seu estatuto de conhecimento). Para que deve servir a história? Ela deve responder às demandas do público leitor ou a escolha de temas de pesquisa deve nortear-se por critérios estritamente científicos (preenchimento de lacunas de conhecimento, cor-

reção de aparentes erros historiográficos, etc.)? Certo que, posta assim, de maneira tão esquemática, a questão talvez não seja útil. Mas está claro para mim que as concessões que a comunidade de historiadores, aqui e em outros países, tem feito à chamada “cultura massificada”, talvez sejam em número maior que o desejável. Quem pode afirmar que já não se pôs a pensar sobre se não seria “estratégico” iniciar agora uma pesquisa para a próxima efeméride a ser comemorada? Isto talvez torne mais fácil a edição de um livro, ou a obtenção de recursos... Não pensem que estou, aqui, advogando uma postura ingenuamente imparcial para o historiador, em suas relações com estas questões. Contudo, tais problemas já são por demais presentes para continuarmos fingindo que não nos atingem. E é justamente no campo da história que aborda as questões da subjetividade humana (e em menor escala as do cotidiano) que tal coisa se impõe com mais vigor.

Isto talvez sirva como motivo para lembrarmos alguns conjuntos temáticos que, em certa medida, têm um comportamento inverso. A história do cotidiano e da subjetividade suscitaram poucas pesquisas entre 1980 e 1989, mas repercutiram grandemente na imprensa e no mercado editorial. Temas da história demográfica e da história econômica, por outro lado, continuaram tendo pesquisas produzidas sistematicamente, apesar de não despertarem qualquer interesse social mais amplo e mal conseguem ser publicadas – que dirá de vendas de livros. Com estes temas, contudo, não ocorreu o “contrangimento” sofrido pelas análises dos movimentos sociais, por exemplo, depois da crise do marxismo. Aí está mais uma demonstração de que certos conjuntos temáticos sofrem mais com as vicissitudes da esfera da repercussão social que outros. Áreas, aliás, como a da história demográfica, passaram por renovações técnicas, metodológicas e, embora em menor medida, teóricas, o que, entretanto, não ocorreu em outros campos, como a história política que, porém, continua bastante presente. Portanto, é possível distinguir movimentos internos à própria comunidade e tendências mais efetivamente relacionadas com o mercado editorial ou com demandas sociais mais amplas. É neste espaço dialógico complexo que talvez se possa encontrar alguma forma de equilíbrio que expresse a legitimidade da história, ou a resposta à pergunta sobre a serventia da história.

Falando de tendências, talvez caiba mencionar uma outra questão, relativa às fontes documentais, ao material histórico de que lançamos mão para concretizar nossas pesquisas. Há algum tempo, os jornais ou a imprensa em geral foram muito utilizados como fonte primária, constitu-

indo tal tendência uma verdadeira coqueluche nos estudos históricos, notadamente para a produção de dissertações e teses. Isto certamente guardava relações com o predomínio dos estudos sobre o período republicano, em detrimento das fases colonial e imperial, que prevaleceram até o princípio dos anos 70. Naquela etapa, alguns analistas chamavam a atenção para os problemas decorrentes do uso desta fonte, notadamente quanto à parcialidade do uso de jornais oriundos de apenas um determinado segmento social e quanto aos desvios, falsas ênfases e omissões que são comuns na imprensa. Hoje, começa a ser espraíado o uso de processos criminais – o que certamente tem a ver com a maior valorização da dimensão narrativa da história, já que tais fontes possibilitam a construção de enredos tão encadeados como os da prosa de ficção. Entretanto, o uso destas fontes necessita de grande controle¹⁴. As pretensões de verdade inerentes às narrativas históricas dependem quase que integralmente de uma crítica rigorosa destas fontes, sob pena de se construir uma narrativa ingênua, acrítica, verossímil mas falsa. Esta questão, penso eu, assume especial importância quando se percebe – é o que me parece – que os trabalhos históricos que privilegiam a dimensão narrativa e que se amparam nos procedimentos técnicos e metodológicos deste campo irão ser produzidos em larga escala nos próximos anos no Brasil. Tais cuidados também devem ser observados no que se refere aos documentos excepcionais, isto é, um documento, em geral mais longo, que contenha o registro de um episódio de alguma maneira atípico como, por exemplo, o diário de um integrante de grupos sociais normalmente iletrados. Há, aliás, muito mais documentos desta natureza, no Brasil, do que o nosso desprezo pela atividade bibliográfica permite ver. Entendo que o uso de fontes deste tipo vai crescer nos próximos anos e, aqui também, é preciso todos os cuidados de natureza técnica, metodológica e teórica que venho mencionando.

Quero concluir chamando a atenção para duas áreas desprezadas, precisamente as que me atraem, e que, não por este motivo, me parecem fundamentais em nossa época. Refiro-me à teoria da história e à historiografia. Chega a ser surpreendente o nível de recusa que muitos, dentre nós, têm em relação a estas atividades reflexivas. Justamente numa época em que temos a necessidade de pensar e repensar o estatuto da própria história, sob vários aspectos, há quem julgue resolver estes problemas afastando os questionamentos teóricos através da adoção de uma postura de crítica superficial ao discurso cientificista – como se esta postura, precisamente ela, não fosse a que demandasse maiores e mais conseqüentes reflexões. Espero que alguns focos de discussão bas-

tante interessantes, como a questão da narrativa e a dos diversos níveis de objetividade, estimulem os historiadores brasileiros a um maior engajamento nos debates epistemológicos. Por outro lado, no Brasil a análise historiográfica também não encontra muitos adeptos (embora sempre surja um ou outro trabalho pontual, mesmo que os cursos de pós-graduação não estimulem esta opção) talvez pelos riscos que ela impõe e, não, certamente, pelas dificuldades que ela supõe – já que temos tantos historiadores de alto nível. Riscos que implicam em erros, por exemplo, de percepções equivocadas, de avaliações eventualmente injustas e que, hoje, espero ter cometido em grau menor. O que pretendi foi traçar um breve painel de alguns problemas, de alguns impasses. Podemos superá-los ou não. Mas me parece fundamental discuti-los. Desconsiderá-los é ignorar toda uma tradição de reflexão que, em sua multiplicidade, vem contribuindo para que o conhecimento histórico amplie, cada vez mais, seus níveis de qualidade no que se refere ao próprio estatuto analítico da história. E compreender a história é mesmo muito difícil: seus movimentos de fria rotina ou de incendiária aparição. Como os cometas, de um dos quais o poeta gaúcho Mario Quintana nunca se esqueceu, quando o viu “bem sobre o meio do mundo”.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Ver FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. 206p.
2. BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Trad. Maria Manoel e Rui Grácio. 4. ed. s.l.: Publicações Europa-América, s.d. p. 11.
3. WEHLING, Arno. Fundamentos e virtualidades da epistemologia da história: algumas questões. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 160.
4. Ver WEHLING, Arno. *Op. cit.*
5. HISTÓRIA: ENSINO E PESQUISA. Notícias: Mestrado em História da América Latina na UFRGS. *A Revista*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 150, 1985
6. IGLÉSIAS, Francisco. História. CNPq. *Avaliação & Perspectivas*. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1983. v. 7/Ciências Humanas e Sociais. p. 204
7. SILVEIRA, Rosa Maria de Godoy. “Região e História: questão de método”. In: SILVA, Marcos A. (org.). *República em migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990. O trabalho foi, originalmente, apresentado no XIII Simpósio

- Nacional da ANPUH, em Curitiba, em 1985.
8. PESAVENTO, Sandra Jataby. "História regional e transformação social". In: SILVA, Marcos A. (org.). *Op. cit.* p. 70.
 9. AMADO, Janaina. "História e região: reconhecendo e construindo espaços". In: SILVA, Marcos A. (org.). *Op. cit.* p. 13-14.
 10. FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *Op. cit.* p. 54-55.
 11. Ver, a respeito, KAPLAN, S. E. *Bread, politics and Political Economy in the Reign of Louis XV*. Haia, 1976. p. XX-XXI, apud GINZBURG, Carlos et al. *A micro-história e outros ensaios*. Trad. Antônio Narino. Lisboa: Difel, /1991/. p. 171.
 12. Ver PETERSEN, Sílvia. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *Cadernos de Estudo*, Porto Alegre, UFRGS, n. 3, maio de 1991.
 13. Ver, a propósito, PETERSEN, Sílvia. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do "novo" e a crítica ao racionalismo. *LPH - Revista de História*. Mariana, v. 3, n. 1, p. 108-126, 1992 e ZAIDAN FILHO, Michel. *Razão e História*. Brasília: Pindorama/UnB. 1988.
 14. Ver GINZBURG, Carlo et al. *Op. cit.* p. 195.

OS ANNALES NO BRASIL. ALGUMAS REFLEXÕES*

Marcia Mansor D 'Alessio

Pesquisar a influência da "Escola dos Annales" no Brasil é refletir sobre a própria história da historiografia brasileira. Nesse sentido, este estudo pretende discutir algumas idéias a respeito das tendências historiográficas, que marcaram os estudos históricos brasileiros de 1930 aos anos 70. O corpo documental utilizado foi o conjunto dos trabalhos acadêmicos - dissertações de mestrado e teses de doutorado - elaborados neste período em duas universidades: a Universidade Católica de São Paulo e a Universidade de São Paulo. O exame desse material revela, de imediato, duas grandes presenças: a historiografia francesa e o marxismo.

Enquanto país descoberto e colonizado pelos europeus, o Brasil sempre teve fortes ligações com a Europa, sobretudo Portugal, Inglaterra e França. Até a entrada mais incisiva dos americanos no período pós segunda guerra mundial, a hegemonia, em termos de presença cultural externa, foi dos franceses. Esta evidência não explica, por si só, a aceitação das propostas dos Annales pelos historiadores brasileiros mas, certamente, revela a disponibilidade da elite do país em relação à língua, ao pensamento, em suma, ao "espírito" francês. O fato que, a partir deste acolhimento, aprofundou o relacionamento intelectual entre França e Brasil foi a vinda de um grupo de professores franceses para a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934.

Aquela que se tornou a mais importante universidade do país foi formada com a colaboração de intelectuais europeus responsáveis, em

Marcia Mansor D 'Alessio é professora do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História (Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

*Texto apresentado no Colóquio Latinoamericano "Los Annales en America Latina", ocorrido na cidade do México, em outubro de 1993 e promovido pela Faculdade Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO - Sede México e División de Estudios de Posgrado de la Facultad de Economía - UNAM.